



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 Ao terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às 14 horas, na sala de
2 treinamento 1/2, no Mezanino da Etapa II do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito
3 Federal e Territórios, situada no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília-DF, em
4 Reunião do Grupo de Acompanhamento de Processos de Interesse do Ministério Público nos
5 Tribunais Superiores - GAP, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro
6 Machado Nogueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente do GAP; Dra.
7 Ana Luiza Mercio Lartigau, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio
8 Grande do Sul, Secretária do GAP; Dr. Celso Jerônimo de Souza, Promotor de Justiça do
9 Ministério Público do Estado do Acre; Dr. Darlan Benevides de Queiroz, Promotor de Justiça do
10 Ministério Público do Estado de Amazonas; Dr. Jarlan Barroso Botelho, Promotor de Justiça do
11 Ministério Público do Estado do Ceará; Dr. Evandro Manoel da Silveira Gomes, Promotor de
12 Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Dr. Alexandre José Guimarães,
13 Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Dr. Christiano Mota e
14 Silva, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás; Dra. Renata Miguel Lemos,
15 Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás; Dr. José Alberto Sartório de
16 Souza, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Dr. Clístenes
17 Bezerra de Holanda, Promotor de Justiça Ministério Público do Estado da Paraíba; Dr. Domingos



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 Thadeu Ribeiro da Fonseca, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná;
2 Dra. Maria Helena Nunes Lyra, Subprocuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado
3 de Pernambuco; Dra. Teresinha Marques, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado
4 do Piauí; Dr. Rodrigo de Almeida Maia, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do
5 Rio de Janeiro; Dra. Beatriz Azevedo de Oliveira, Promotora de Justiça do Ministério Público do
6 Rio Grande do Norte; Dr. Fábio de Souza Trajano, Procurador de Justiça do Ministério Público do
7 Estado de Santa Catarina; Dr. Marcelo Gomes Silva, Promotor de Justiça do Ministério Público
8 do Estado de Santa Catarina; Dr. Paulo Lima de Santana, Procurador de Justiça do Ministério
9 Público do Estado de Sergipe; Dr. Célio Sousa Rocha, Promotor de Justiça do Ministério Público
10 do Estado de Tocantins; Dr. Giovanni Rattacaso, Procurador de Justiça do Ministério Público
11 Militar; Dr. Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Ministério Público do Trabalho.
12 **INICANDO OS TRABALHOS:** O Presidente do Grupo de Acompanhamento de Processos de
13 Interesse do Ministério Público nos Tribunais Superiores – GAP, Dr. Lauro Machado Nogueira,
14 agradeceu a presença da Dra. Eunice, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do
15 Distrito Federal e Territórios e Presidente do CNPG, na reunião. Falou que pretende concluir as
16 questões que ficaram pendentes em 2013, como a questão do STJ, a questão das sustentações
17 orais, a questão do conflito de atribuições que o Dr. Christiano apresentou na última reunião e



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 também a questão da resolução do TSE. A Dra. Eunice (PGJ-MPDFT e Presidente CNPG) pediu
2 a palavra elogiou o trabalho do Grupo e pediu licença da reunião para tratar de outro
3 compromisso, disse que, assim que possível, retornaria a reunião do Grupo. A Dra. Ana Luiza
4 (MPRS) solicitou que os novos membros do grupo se apresentassem, para que todos os
5 conheçam. Apresentaram-se representando o seu respectivo Estado o Dr. Rodrigo (MPRJ), Dr.
6 Paulo (MPSE), Dr. Beatriz (MPRN), Dr. Clístenes (MPPB), Dr. José Alberto (MPMG), Dr. Jarlan
7 (MPCE), Dr. Celso (MPAC), Dr. Lauro (Presidente da GAP e PGJ-GO), Dra. Ana Luiza (MPRS),
8 Dr. Christiano (MPGO), Dra. Renata (MPGO), Dr. Domingos (MPPR), Dra. Teresinha (MPPI),
9 Dr. Trajano (MPSC), Dr. Giovanni (MPM), Dra. Maria Aparecida (MPT), Dr. Evandro (MPDFT)
10 e o Dr. Marcelo (MPSC). Em seguida a Dra. Ana Luiza explicou que a página na internet do GAP
11 anteriormente era gerida em Rondônia e na época o Servidor Brummel (MPDFT) era responsável
12 por auxiliar na confecção da página. Salientou que atualmente a página é gerida em Brasília, e
13 passou a palavra ao Servidor Brummel, que apontou algumas dificuldades experimentadas na
14 época para que pudessem ser utilizadas como um guia para a atuação futura do grupo com relação
15 ao site. Citou que, devido ao site ser gerido em Rondônia, a distância dificultava a comunicação,
16 pois, por vezes, as informações passadas não eram entendidas ou, devido a feriados regionais, a
17 comunicação não podia ser passada na hora, mas que esse problema está superado, pois agora o



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 site está hospedado em Brasília. Falou da dificuldade da operacionalização do sistema, pois em
2 Rondônia era utilizado um sistema diferente do de Brasília. Disse que sentia falta de maior
3 participação dos membros do grupo alimentando o site com informações. Citou que, na época, só
4 ele tinha acesso direto ao site, sugerindo que todos os membros tivessem este acesso para postar
5 matérias ou que, pelo menos, houvesse uma subcomissão dentro do grupo para tratar sobre isso.
6 Sugeriu, também, que além de alguém do jornalismo responsável pelo site, também houvesse uma
7 pessoa do departamento de tecnologia da informação à disposição para solucionar possíveis
8 problemas de operacionalização. Entende ser importante que no site conste o histórico da
9 comissão, objetivos, trabalhos relevantes, vitórias nos Tribunais Superiores, bem como a
10 composição atualizada com os nomes dos integrantes do grupo, seus respectivos e-mails para
11 contato, as atas e o calendário das reuniões do grupo. Sugeriu, por fim, que houvesse um espaço
12 para jurisprudência, artigos científicos, doutrinas, publicações elaboradas pelos membros ou por
13 eles indicadas, relacionadas aos assuntos. Ressaltou a importância de que o grupo tivesse uma
14 identidade visual, uma logomarca própria para identificá-lo. O Dr. Lauro sugeriu a elaboração de
15 uma lista de e-mail com os integrantes do grupo, os quais pudessem enviar o que acreditassem
16 importante, pois uma eventual subcomissão poderia decidir não publicar uma matéria de interesse
17 de um ou outro Estado. Após discussão, foi decidido que o conteúdo básico como as atas,



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 calendário de reuniões e workshop seria disponibilizado no site desde já. Quanto às notícias, os
2 membros postariam o que fosse de seu interesse. Passou-se para o segundo item da pauta
3 (Conflito de atribuição entre o MPU E MP DOS ESTADOS – adendos e sugestões aos memoriais
4 apresentados e deliberação sobre seu encaminhamento). O Relator, Dr. Christiano disse que o
5 Supremo Tribunal Federal, desde 2006, havia firmado jurisprudência, no sentido de que em casos
6 de conflito de atribuições entre Ministérios Públicos de Estados ou entre o Ministério Público de
7 Estado com Ministério Público da União, a competência para processá-los e julgá-los seria da
8 própria Suprema Corte como Tribunal da Federação. No entanto, o Ministro Teori Zavascki
9 proferiu voto no qual adota o entendimento de que o Ministério Público da União seria o
10 responsável por decidir esses conflitos de competência, no que foi seguido pelo Ministro Fux
11 tendo o Ministro Joaquim Barbosa pedido vista do processo. Desde então, já houve alguns
12 julgados nos quais, por decisão monocrática de alguns Ministros, é mantido o entendimento no
13 sentido de que a competência para decidir sobre esses conflitos é do Supremo Tribunal Federal.
14 Afirmou o Dr. Christiano que o voto do Ministro Teori Zavascki fere o Princípio Federativo e
15 sugeriu que a questão fosse levada ao CNPG. Esclareceu, também, que a discussão sobre o tema
16 começou em 21 de março de 2013, bem assim os casos discutidos neste dia: a PET 4706
17 (Ministério Público Federal versus Ministério Público do Estado de São Paulo), a CEO 1394



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 (Ministério Público Federal versus Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte) e a
2 PET 4863 (Ministério Público Federal versus Ministério Público do Estado do Rio Grande do
3 Norte). Depois houve o caso que envolve o município de Umuarama no Paraná. Foi deliberado,
4 então, que o Presidente do GAP (Dr. Lauro Machado Nogueira) iria levar a questão ao CNPG,
5 com o escopo de apresentar estudo sobre esse tema aos Ministros do STF. Dando seguimento à
6 reunião do referido colegiado, a Dra. Ana Luiza passou a relatar o item cinco da pauta: cursos de
7 workshops internos e externos, formatação, inscrição de interessados e agendamento. Comunicou
8 que o material para auxiliar os órgãos recursais dos Ministérios Públicos havia sido criado,
9 originalmente, pela Dra. Nadia, do Ministério Público do Rio de Janeiro, possuindo três formatos:
10 um básico, um médio e um avançado. A Dra. Teresinha (MPPI) falou sobre as dificuldades
11 existentes no Ministério Público do Piauí nesta área. Foi decidido que o workshop será realizado
12 nos Estados do Piauí, Amazonas e Paraíba. A Dra. Ana Luiza sugeriu que se pensasse a respeito
13 da possibilidade de haver uma pequena estrutura comum em Brasília para dar suporte aos
14 Ministérios Públicos dos Estados com relação a eventuais diligências nos Tribunais Superiores. O
15 Dr. Lauro explicou que não há como criar uma estrutura em Brasília, pois o Tribunal de Contas
16 não permite esse repasse de verbas ao CNPG. Passou-se então para discussão sobre as teses
17 institucionais. Com relação à prescrição executória, o Dr. Sartório (MPMG) disse que o Senador



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO

PROEM

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 Aloysio Nunes Ferreira apresentou uma emenda substitutiva ao PL 236/2012 (Reforma do Código
2 Penal) alterando esse dispositivo da maneira como os Ministérios Públicos desejam e que o
3 Relator, Senador Pedro Taques manifestou-se a favor dessa alteração. O Dr. Evandro (MPDFT)
4 referiu que no STF existe uma decisão da Ministra Cármen Lúcia contra o Ministério Público,
5 contra a qual foi interposto o devido recurso, de modo a permitir que, futuramente, o Ministério
6 Público possa ingressar com embargos de divergência. O grupo solicitou que o Dr. Lauro
7 verificasse se o projeto do novo Código Penal está sendo acompanhado pelo Grupo de
8 Acompanhamento Legislativo do CNPG. O Dr. Célio (MPTO) passou a tratar sobre a revista das
9 atividades do GAP, dizendo haver um projeto para a revista, o qual gostaria de ver discutido para
10 que o grupo deliberasse sobre o seu prosseguimento. O Dr. Lauro agradeceu o trabalho realizado
11 pelo Dr. Célio, sugerindo que, no momento, o projeto fosse suspenso, centrando-se o foco na
12 efetivação do site do GAP. Consolidado este, verificando-se seu andamento e regular alimentação,
13 aí sim, poder-se-ia examinar a viabilidade correta da implementação do projeto da revista. O Dr.
14 Alexandre (MPES) não concordou com a proposta, entendendo que um projeto não afasta o outro
15 e que ambos são importantes para a maior divulgação dos trabalhos do Grupo. O assunto foi
16 debatido e votado, ao final, restando aprovado, pela maioria, a sugestão do Dr. Lauro. O Dr.
17 Cristiano (MPGO) passou a tratar sobre o ARE 683235, da relatoria do Ministro Teori Zavascki,



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE
INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
GAP – 03-02-2014**

ATA 01/2014

1 que foi convertido em recurso extraordinário, cuja matéria versa sobre a questão do foro especial
2 dos prefeitos em relação à improbidade administrativa, sugerindo que a questão seja levada ao
3 CNPG, para que ingresse como *amicus curiae* na ação. Disse que com relação ao “Mensalão
4 Mineiro” o Ministro Barroso, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Lewandowski já se
5 posicionaram contra o foro especial por prerrogativa de função em caso de improbidade
6 administrativa, por outro lado, o Ministro Toffoli, o Ministro Joaquim Barbosa e o Ministro
7 Gilmar Mendes mostraram-se a favor do foro especial nesses casos. O Dr. Lauro disse que irá
8 levar a questão para deliberação do CNPG na reunião do dia 04 de fevereiro de 2014. O Dr.
9 Marcelo (MPSC) citou que em Santa Catarina está sendo utilizada uma ferramenta de estatística,
10 chamada “click view”, que alimenta todas as ações que o MP recorre ou figura como recorrido,
11 desde setembro de 2013. O Dr. Lauro informou que a Dr. Eunice infelizmente não poderia
12 retornar à reunião. Nos assuntos gerais, o colegiado proferiu diversos elogios à atuação do Dr.
13 Alencastro (MPDFT), sugerindo fosse feita, oportunamente, uma homenagem ao colega. Por fim,
14 o Dr. Lauro agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.